

Câmara aprova urgência para pacote

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Por 255 votos contra 70 e três abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o requerimento de urgência para a discussão e votação do pacote fiscal do governo.

A aprovação só ocorreu às 20 horas e 40, depois de oito horas e meia de muitas questões de ordem levantadas principalmente por uma ala do PDS e pelo PTB, PDT e PT, que tentavam obstruir a votação, sob a alegação de que o Congresso precisava de mais tempo para examinar matéria de tanta relevância.

Três sessões extraordinárias foram realizadas, desde as dez horas e 25, mas o requerimento de urgência só foi colocado em votação à tarde, no início da segunda sessão.

Quando a primeira sessão foi aberta, havia na casa 205 deputados. Sem número, portanto, para deliberação (mínimo de 240 deputados), o presidente da Casa, Ulysses Guimarães, para ganhar tempo, pediu que fossem apresentados os pareceres sobre as proposições em tramitação.

Mas iniciados os trabalhos, começou também a reação contra o pacote. Gerson Peres (PDS-PA) leu dispositivo regimental que taxativamente proíbe a votação de requerimento de urgência quando já existem duas proposições sob esse regime especial pendentes de votação — e na pauta da sessão havia nada menos que sete.

"Votada a urgência — esclareceu Ulysses — a matéria fica na fila, aguardando a vez."

Gerson Peres e outros protestaram contra interpretação do regimento, mas o presidente da Câmara manteve-se imperturbável. Em seguida, ouviu veemente apelo do deputado Amaral Neto (PDS-RJ), para "repelir" declarações do ministro, Dílson Funaro, segundo as quais se o pacote não fosse aprovado, o Congresso seria culpado por não permitir que os trabalhadores recebessem "supostos benefícios". Ulysses não tomou conhecimento.

Depois de oito horas e meia, a urgência foi aprovada por 255 votos a 70 e duas abstenções

PRESSÃO

Por volta das 12 horas, já haviam quórum para votação. A Mesa, porém, pressionada pelas galerias repletas de servidores celetistas que queriam ver aprovado um projeto de lei de seu interesse, resolveu votar a matéria que estava em pauta, sem tentar colocar em votação, antes, o requerimento de urgência para o pacote. Até as 14 horas, a Câmara deliberou sobre os 13 itens da pauta.

A nova sessão extraordinária, marcada para as 15 horas, começou com 50 minutos de atraso. Novos protestos surgiram contra o pacote. Gastone Righi, líder do PTB, assinou-lou que ele instituiu, na verdade, "um empréstimo compulsório".

Ulysses, porém, apressou-se em colocar em votação o requerimento de urgência, que recebeu votos favoráveis das lideranças do PMDB, PFL, PC do B e PS e, contrários, do

PDS, PDT, PTB, PT e PL. Aprovado simbolicamente pela maioria, as lideranças derrotadas exigiram verificação de votação.

Parte do PDS e as bancadas do PDT, PTB e PT deixaram o Plenário. Feita a verificação pelo processo eletrônico, os painéis do Plenário acusaram o seguinte resultado: 178 votos a favor, 24 contra e duas abstenções. Não houve quórum, portanto. Havia muitos deputados em Plenário. O resultado mostrava que vários outros, embora presentes, também deixaram deliberadamente de apertar o botão de votação.

Logo, uma fila se formou nos microfones do Plenário. Eram deputados que davam seus nomes para não perder o jeton (Cr\$ 112 mil por sessão). Embora a Mesa da Câmara já tivesse decidido, anteriormente, que nesses casos os nomes só são registrados para efeito de jeton e não de

voto, o líder do governo, Pimenta da Veiga (PMDB-MG), e vários outros peemedebistas e frentistas-liberais tentaram fazer com que a Mesa computasse esses parlamentares para efeito de quórum. Estabeleceu-se ligeiro tumulto. A Mesa não atendeu ao pedido, mas encerrou a sessão e convocou outra para 15 minutos depois, sob protesto da ala do PDS liderada por Amaral Neto.

Quando a nova sessão começou, às 16 horas e 45, Adail Vettorazzo (PDS-SP), argumentou que a sessão anterior não poderia ter sido encerrada, porque se não havia quórum para votar as duas primeiras matérias da pauta (ambas em votação), havia outras duas proposições "em discussão" e ele próprio estava inscrito para discuti-las.

Ulysses foi claro: o objetivo principal da sessão anterior e da que se iniciava era o de votar o requerimen-

to de urgência para o projeto fiscal do governo.

PROTESTOS

Vários deputados se sucederam na Tribuna, condenando o pacote, mas sobretudo o fato de não ter o Congresso tempo suficiente para examinar a proposição. Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), Amaral Neto, José Genoino (PT-SP), Alberto Goldman (PCB-SP), Haroldo Lima (PC do B-BA) pediram a convocação extraordinária do Congresso.

Haroldo Lima simplificou: "Se os poderosos estão contra, se ele sofre ataque furioso da grande imprensa, é porque deve ter algo de bom". Sebastião Nery (PS-RJ), na mesma linha, foi ainda mais incisivo: "Não tive tempo de ler o projeto, mas li os editoriais da grande imprensa. Todos contra. Então, em caso de dúvida, é ficar ao lado do projeto".

Amaral Neto também citou editoriais da imprensa, mas para chamar a atenção da Casa para "a posição da sociedade civil". "Este Plenário — disse —, que tanto fala em ouvir a opinião da sociedade civil, desta vez já ouviu a opinião da CNBB, do Conclat, da CUT, já viu a opinião dos jornais?" Leu então trechos de vários editoriais, inclusive, de *O Estado de São Paulo*.

"EM XEQUE"

A não se confirmarem as recomendações do presidente José Sarney, no sentido de que as alterações contidas no pacote fiscal em tramitação no Congresso promovam, realmente, uma maior justiça fiscal no País, reduzindo a carga tributária sobre os assalariados, o ministro Dílson Funaro estará em xeque.

A informação foi prestada, ontem, por uma alta fonte do Palácio do Planalto, acrescentando que ao promover a reforma fiscal o governo teve por inspiração reduzir o impacto do Imposto de Renda sobre o salário do trabalhador, dando-lhe maior poder de compra durante o ano em que recebe o salário.



Foto: Alencar Monteiro — Telefoto Estado